

Informativo Eletrônico produzido pela Central de Atendimento ao Juiz Federal – CAJU

Brasília, 2 a 4 de março de 2022 – Nº 449

[STF derruba sigilo de processos administrativos sancionadores na ANTT e na Antaq](#)

[Plenário confirma suspensão de atos da Funai que desautorizam proteção em terras indígenas não homologadas](#)

[STF referenda liminar que suspendeu regra do CNJ sobre pagamento de precatórios](#)

[Supremo forma maioria pela possibilidade de benefício previdenciário incluindo contribuições anteriores a julho de 1994](#)

[STF vai decidir se alta programada para beneficiário de auxílio-doença do INSS é inconstitucional](#)

[Justiça estadual julgará fornecimento para uso off label de medicamento registrado na Anvisa](#)

[Dúvida sobre permissão do morador para busca domiciliar leva Sexta Turma a absolver acusado de tráfico](#)

[STJ cria comissão para propor regras sobre a escolha de membros do TRF6](#)

[Injúria em mensagens privadas na internet se consuma onde a vítima toma conhecimento da ofensa](#)

[Servidor reintegrado não tem direito a auxílio-transporte e adicional de insalubridade retroativos, decide Primeira Turma](#)

[É possível usar crédito de IPI resultante da entrada de insumo tributado na saída de produto não tributado](#)

[IX Jornada de Direito Civil contará com comissão sobre “Família e Sucessões”](#)

[TRF2 é o primeiro a definir listas para nova composição das Cortes regionais](#)

[Podcast especial: ministro Jorge Mussi destaca a importância dos enunciados das Jornadas de Direito Civil](#)

[“Contratos” será o tema de uma das sete comissões da IX Jornada de Direito Civil](#)

Pesquisa CAJU

[Lei Geral das Agências Reguladoras](#)

Conheça a [CAJU](#)

Para acessar as edições anteriores do InfoCAJU, clique [aqui](#)